

Campinas e a produção do espaço (1929-1945)

Arthur Prando do Prado*

Silvana Barbosa Rubino**

Introdução

Esta pesquisa começou tendo como questão central a relação entre as transformações do espaço urbano de Campinas e o desenvolvimento da produção capitalista industrial nesta cidade, desde 1889 até 1962. A justificativa para este recorte era o início das grandes epidemias de febre amarela em 1889 e o final do Plano de Melhoramentos Urbanos em 1962. Além disso, a colocação da questão já partia dos pressupostos de que o traçado das ruas tinha como critério a intenção de viabilizar a circulação de mercadorias e força de trabalho; de que as medidas sanitárias eram intervenções cujo cuidado com a saúde da população pobre ia apenas até o ponto em que garantisse sua capacidade de continuar trabalhando a baixo custo; e de que o urbanismo define formas de viver baseadas em um tipo de racionalidade que, a serviço das classes dominantes apoiadas no poder do Estado, são impostas aos pobres, aos quais resta redefinir seus hábitos, resistindo como podem para preservar suas práticas próprias.

Estes pressupostos, embora sejam simplificações, permanecem importantes. Entretanto, tê-los como fundamento para minhas questões, em alguns momentos pode ter limitado a pesquisa à tentativa de confirmá-los, apenas ilustrando com passagens de leituras e citação de fontes aquilo em que eu já acreditava. Foi apenas a partir de uma leitura mais crítica da historiografia que eu pude, se não corrigir, ao menos tomar consciência deste problema. O que aconteceu neste momento é que percebi que algumas das explicações presentes em minhas referências principais¹, pelo menos em parte, pareciam estar fortemente apoiadas em grandes modelos explicativos. Acredito que o problema neste procedimento seja o uso de documentos, em geral, limitado à citação ou transcrição, sem maiores análises, mas

* Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Este trabalho foi apresentado como relatório de pesquisa de Iniciação científica ao PIBIC/CNPq. E-mail: <arthur_pprado@yahoo.com.br>.

** Orientadora da pesquisa. Professora da UNICAMP. E-mail: <srubino@uol.com.br>.

¹ SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro*. Campinas: Unicamp, 2002; BADARÓ, Ricardo de Souza. *Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)*. 1986. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1986; CARPINTEIRO, Antônio Carlos Cabral. *Momento de ruptura*. Campinas: CMU-UNICAMP, 1996 e CARVALHO, Edemir de. *Crise urbana e habitação popular em Campinas (1870-1956)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1991.

apenas para provar, por exemplo, os efeitos da transição para uma nova ordem política² estabelecida por Vargas, ou os resultados da mudança no padrão de acumulação no momento em que a crise do complexo cafeeiro é sucedida pelo desenvolvimento de uma economia baseada na industrialização.³ Neste tipo de análise fica inacessível o entendimento da especificidade com que os diversos sujeitos estabelecem relações entre si e com o espaço da cidade em transformação. Constrói-se um sistema explicativo segundo o qual a história pode ser entendida como uma série de etapas sucessivas e homogêneas, na medida em que não se leva suficientemente em conta os pontos de resistência e as permanências, que estão em constante tensão com as mudanças.

Outro problema inicial foi a extensão do recorte proposto, de 1889 a 1962. Em um primeiro momento, essa extensão não me pareceu, contudo, um problema, pois a partir da leitura da historiografia criei uma compreensão, na qual os fatos importantes produziam uns aos outros estabelecendo uma série causal, à primeira vista, muito coerente. Entretanto, evidentemente, com o desenrolar da pesquisa, percebi que cada “etapa” desta série causal que estabeleci merecia atenção mais detalhada, de modo que, inclusive por razões práticas, na verdade não seria possível tratar de todo o recorte. Além, é claro, de que os vínculos explicativos entre os tais fatos importantes da história, não estão dados, mas foram estabelecidos dentro de uma tradição historiográfica – e, no caso da história de Campinas, memorialística⁴ – e, portanto, baseados em escolhas teóricas e políticas, possibilidades metodológicas, etc, que não devem ser acatadas, mas discutidas.

Devo admitir, contudo, que estabelecer uma cronologia era indispensável para me situar razoavelmente quando fosse aos documentos. Era um procedimento mínimo para compreender certas referências, evitando, inclusive, cair em anacronismos banais. A falha que cometi talvez esteja na idéia de que seria possível construir um contexto, no qual, posteriormente eu introduziria questões históricas, como se houvesse certas explicações dadas e inalteráveis, consensos a partir dos quais eu analisaria questões ainda em aberto.

É preciso dizer que estas mudanças no modo de ver o problema não aconteceram por acaso, nem de uma só vez, mas gradualmente, conforme o contato com obras teóricas – que aparecerão ao longo das análises documentais – esclareceu alguns pontos, ao mesmo tempo em que sugeri abordagens sobre temas mais específicos. Deste modo, meu interesse foi sendo deslocado da questão mais ampla da cidade como lugar da produção, para um aspecto

² SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 270.

³ CARVALHO, op. cit., 1991, p. 36.

⁴ Jolumá Brito, Celso Maria de Melo Pupo, Benedito Barbosa Pupo, etc.

particular e essencial deste mesmo tema, ou seja, a generalização do papel da mercadoria nas relações sociais, especificamente no que diz respeito ao espaço urbano. Devido a essas novas inquietações teóricas, decidi concentrar o recorte de tempo na primeira metade do século XX, limitando-o entre 1929 e 1945.

Este novo recorte baseia-se, em primeiro lugar, no fato de que em 1929, durante a prefeitura de Orosimbo Maia, o debate sobre a necessidade de um plano de urbanismo para a cidade era central. Foi contratado Anhaia Melo para estudar o plano, cuja preocupação principal, segundo Ricardo de Souza Badaró, era a necessidade de controlar e ordenar o crescimento urbano motivado pela especulação imobiliária dos anos 1920, que ampliou sem planejamento a área urbana edificável, provocando o surgimento de novos bairros.⁵ Além disso, havia uma grande preocupação com a adução de água, com o saneamento e a higiene, de modo geral. Para Badaró, o orgulho campineiro não superara de todo o trauma das epidemias de febre amarela do século XIX, de modo que o sentimento de bairrismo, ofendido, “Traduziu-se no empenho das autoridades municipais em fazer de Campinas a cidade mais limpa e salubre do país.”⁶ De 1929 em diante, então, os debates sobre o urbanismo prosseguiram, e começaram a ser aplicadas as primeiras determinações que definiam novas normas, legislando sobre o espaço e fiscalizando seus usos. Discutirei, a partir da documentação escolhida, algumas particularidades deste processo, quanto à sua relação com a produção capitalista, e tendo em vista, embora sem considerar com profundidade, as condições políticas – evidentemente, o período do governo de Getúlio Vargas, cujo fim, 1945, encerra o recorte que propus.

Resultados

A cidade como espetáculo

Uma das leituras teóricas mais importantes para as mudanças no rumo da pesquisa foi o livro de Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*. Embora grande parte do sentido das palavras de Debord permaneça enigmático, sua leitura contribuiu com impressões e perturbações tão instigantes, que não posso ignorá-la no momento em que penso meu objeto de pesquisa. Nas modernas condições de produção, as imagens do mundo estão separadas e autonomizadas em uma acumulação de espetáculos. Neste sentido, o mundo das representações tornou-se modelo para a vida dominante na sociedade e para a realidade “vívida diretamente”. Isso não significa, contudo, uma separação rígida entre representação e

⁵ BADARÓ, op. cit., 1986, p. 37.

⁶ BADARÓ, op. cit., 1986, p. 38.

“coisa” ou entre superestrutura e base econômica, na medida em que o espetáculo é uma visão de mundo “materialmente traduzida”, “uma visão de mundo que se objetivou.”⁷ É central para a sociedade do espetáculo o papel da mercadoria no mundo capitalista e sua relação inseparável com a produção de um mundo vivenciado a partir de imagens:

O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por coisas ‘supra-sensíveis embora sensíveis’, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se faz reconhecer como o sensível por excelência.⁸

O conceito de *espetáculo* é definido de forma aforística e fragmentada, ao longo de todo o texto. Mesmo sem considerá-lo na totalidade de seu sentido – o que seria tema para um trabalho de outra natureza – comecei a cogitar a possibilidade de pensar a cidade moderna como palco do espetáculo: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.”⁹ Sem ter a pretensão de desvendar o sentido exato da provocação de Debord, esta passagem levou-me a refletir sobre a forma como a cidade se apresenta aos olhos de seus habitantes, ou seja, como a imagem desta materialidade continuamente produzida e modificada pelos homens, por sua vez, define valores, visão de mundo, percepção do real.

Em seu projeto de remodelação para a cidade de Campinas, em 1933, o engenheiro Carlos Willian Stevenson fez referência ao aspecto visual da cidade, que deveria ser alterado: “O desagradável espetáculo de fundos de casas que hoje descortina o passageiro ao chegar de São Paulo, seria substituído por uma larga avenida, aonde, com o tempo iria provavelmente localizar-se a indústria, com pequenas fábricas e oficinas.”¹⁰ Ao registrar a preocupação com o que pensaria o visitante da capital quando visse o aspecto da entrada de Campinas, o discurso de Carlos Stevenson revela o forte sentido simbólico de que se revestem as soluções urbanísticas. Além disso, voltando a Debord, pensando a cidade como algo feito para ser visto, como imagem que comunica sentidos a partir dos quais as pessoas criam referenciais, e baseando-se neles, estabelecem relações (sociais), Carlos Stevenson acreditava que “[...] a cidade civiliza o homem, dá-lhe a polidez e a linha que ninguém consegue conquistar nos limitados círculos do interior na vida rústica da roça.”¹¹ É preciso compreender o que

⁷ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 14.

⁸ DEBORD, op. cit., 1997, p. 28.

⁹ DEBORD, op. cit., 1997, p. 14.

¹⁰ Conferência proferida em 17 de novembro de 1933 e publicada pela Linotypia da Casa Genoud, Campinas, apud SANTOS, op. cit., p. 339.

¹¹ STEVENSON, Carlos. Conferência à Cerca do Urbanismo. Rotary club, Campinas, 17-11-1933 apud BADARÓ, op. cit., p. 42.

significam historicamente os termos empregados por Stevenson. Existe no Brasil, desde os anos 1920, uma tradição de pensamento cuja preocupação central é a necessidade de desenvolver o país e, mais que isso, tirá-lo de um atraso secular. Com alguma recorrência é possível encontrar a ideologia do desenvolvimento e o discurso do caminho para a civilização, associados à superação da “vida rústica da roça”, do passado rural, enfim, pela urbanização.

Carlos Willian Stevenson, portanto, exemplo de homem letrado da elite campineira, ao discursar no Rotary Club, sonhando com uma cidade capaz de dar a seus habitantes “polidez” e “linha”, não estava dizendo palavras neutras. Nos termos de seu discurso, o engenheiro expressava uma visão de mundo, um ideal de cidade, pelo menos em parte, alinhado com ideologias urbanísticas européias do final do século XIX. Ou seja, não se tratava de qualquer cidade, mas de uma cidade que apresentasse o espetáculo de “uma larga avenida” à sua entrada, adornada pela “indústria, com pequenas fábricas e oficinas.” Com isso quero dizer que, guardadas, evidentemente, as devidas proporções, o tipo de pensamento urbanístico que motivou as controversas reformas urbanas de Paris pelo barão Haussmann, circulou entre as elites intelectuais do Ocidente. Dessa forma o significado historicamente atribuído aos bulevares parisienses, por sua associação a um discurso da modernidade foi, de algum modo, absorvido e reinterpretado – de acordo com a especificidade das condições – por mentes como as de Carlos Stevenson, e certamente, de Anhaia Melo, Prestes Maia e outros envolvidos no debate sobre o plano de urbanismo para Campinas.

Voltando ao projeto de Carlos Stevenson, é possível identificar mais uma passagem que aproxima suas convicções urbanísticas das de Haussmann, e permite prosseguir na reflexão sobre a noção de *espetáculo* proposta por Debord. Ao referir-se a uma “Avenida Transversal”, fundamental para a circulação na região central da cidade, Stevenson percebeu a solução menos custosa para abri-la: “Baixei então o nível da minha visada, indo verificar que, por uma feliz coincidência, através da confusão de vielas que se defletem a cada cruzamento, no centro da cidade, a rua Dr. Quirino é um prolongamento natural da rua Luzitana, a partir da rua Ferreira Penteado. Ligar esses dois segmentos de ruas, rompendo os desordenados quarteirões que hoje as separam, não será obra de grande monta.”¹² Em sua proposta, o engenheiro, com um procedimento técnico, identificou o problema e apontou a solução, avaliando questões de custo. Neste momento, o uso do discurso técnico, pretensamente neutro, surge como mais um aspecto fundamental para compreender a relação entre as forças

¹² A outra opção para a Avenida Transversal, segundo Stevenson, seria o alargamento da rua Barão de Jaguará, o que “seria absurdo”, devido ao custo inabordável das desapropriações. Conferência proferida em 17 de novembro de 1933 e publicada pela Linotypia da Casa Genoud, Campinas, apud SANTOS, op. cit., p. 340.

que agem sobre a cidade, transformando-a. O saber urbanístico aparece como força maior, amparado por discursos legitimadores de natureza política, social, sanitária – embora como se fosse tudo “mero” procedimento técnico – para traçar numa planta da cidade, decisões que envolviam a vida concreta de pessoas, sujeitos reais que habitavam a cidade.

No trecho citado a cima, é importante perceber imagens como “confusão de vielas” e “desordenados quarteirões”, como elementos historicamente constituídos na urbanização campineira, que, entretanto, no início dos anos 1930, se apresentavam como estruturas incompatíveis com a modernidade que se anunciava, como mais adiante, em 1937, foi profetizado na apresentação do plano redigido pela Comissão de Melhoramentos Urbanos: “Campinas cresce próspera e está fadada a ser grande centro de produção e permuta na vida paulista.”¹³ Por outro lado, o que estava inteiramente de acordo com os planos, era o aspecto visual e o tipo de vivência que estariam contidos na “Avenida Transversal”, uma “‘Avenida Central’ magnífica” que “Em futuro talvez não remoto, seria esta a principal rua de Campinas, para ela convergindo, naturalmente, os maiores e mais elegantes estabelecimentos comerciais e de modas.”¹⁴ Novamente, com essa descrição, não posso deixar de visualizar a imagem idealizada de Campinas convertida em um grande centro europeu, com suas elites a flunar em meio aos “elegantes” – é preciso prestar atenção ao adjetivo escolhido – estabelecimentos, não só comerciais, mas de “modas”, o que indica a expectativa de Carlos Stevenson quanto ao surgimento de novos hábitos.

Usos do espaço

A cidade pensada como imagem, como palco para a sociedade do espetáculo, é uma proposta que desenvolvo ainda com muitos limites, mas que coloca questões essenciais no que diz respeito às minhas preocupações acerca da produção, da mercadoria, do urbanismo e das ideologias do modo de produção capitalista. Neste ponto, de qualquer modo, parece evidente que devo ao menos considerar o problema de que a cidade não é apenas imagem, não se apresenta apenas aos olhos. Ruas, calçadas, edificações, iluminação pública, disponibilidade de água e rede de esgoto: as pessoas sentem e interpretam o mundo e a si mesmas a partir das condições as quais seus corpos – não só a visão – estão submetidos por estas estruturas urbanas. Além disso, relacionamentos, os ritmos do trabalho, a velocidade dos deslocamentos, a hora de dormir e de acordar; o que é possível ler, ver no cinema, vestir,

¹³ Edital. *Comissão de Melhoramentos Urbanos*. Publicações referentes ao Plano de Urbanismo. Offício à exma. Câmara: Campinas, 19 de Abril de 1937. Apud. Santos, op. cit., p. 356.

¹⁴ SANTOS, op. cit., p. 340.

comer, tudo o que define a existência do homem moderno está intimamente relacionado à capacidade de produção e distribuição de mercadorias possibilitadas pelo grau de desenvolvimento das estruturas urbanas.

Se a cidade, então, não é percebida apenas com os olhos, parece interessante considerar que sua recepção por parte de seus habitantes/espectadores ocorre também por um meio tátil. É, então, por essa dupla forma de recepção, óptica e tátil, pela percepção e pelo uso, que Walter Benjamin pensa a relação que as pessoas – especificamente as massas – estabelecem com a arquitetura. É uma recepção que se dá coletivamente e mais pela distração, pelo hábito, que pela contemplação ou por uma atitude de recolhimento diante da obra – a não ser no caso do turista diante de um prédio “histórico”. O hábito, aliás, para Benjamin, determina em grande medida também a recepção óptica. Pensando nestas proposições teóricas, é importante colocar-se a questão sobre o que acontece na vida do campineiro dos anos 1930, quando se defronta com mudanças consideráveis em elementos que condicionam sua vida cotidiana – ruas mais largas, prédios mais altos, maior alcance no abastecimento de água. Coloca-se a questão, portanto, da transformação de suas concepções não apenas ao vislumbrar símbolos de modernidade, mas também ao vivenciar novas condições para suas experiências e práticas cotidianas – inseparáveis dos sentidos simbólicos, evidentemente – admitindo que, aos poucos o corpo vai se habituando a dormir mais tarde, a não caminhar facilmente distâncias muito longas, etc. “Pois as tarefas impostas ao aparelho perceptivo do homem, em momentos históricos decisivos, são insolúveis na perspectiva puramente óptica: pela contemplação. Elas se tornam realizáveis gradualmente, pela recepção tátil, através do hábito.”¹⁵

Quando a Prefeitura de Campinas, amparada por seus técnicos, começou a criar dispositivos institucionais que permitissem a intervenção sobre a cidade, começou também um esforço para racionalizar o uso dos espaços.¹⁶ Isso significa que, a partir deste momento, o poder público organizou de modo mais sistemático e eficiente a tarefa de definir práticas condizentes com o crescimento de Campinas, fiscalizar seu cumprimento e punir infratores. Pode-se pensar que neste momento o poder público contribuiu ativa e conscientemente para a construção de valores que, com o tempo e com o hábito – mas também com multas,

¹⁵ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2010, p. 193.

¹⁶ Instrumentos institucionais que possibilitassem leis de desapropriação, por exemplo. Além disso, como aponta Antônio da Costa Santos, a criação de secretarias, comissões, repartições – posteriormente diretorias, como a de Obras e Viação – sinaliza o aprofundamento da divisão de trabalho no interior do próprio aparato administrativo. Para o autor, estas transformações estavam associadas ao desenvolvimento da burocracia estatal na nova lógica do aparato administrativo municipal, definida pelo governo de Vargas. Ver SANTOS, op. cit., p. 258.

apreensões e outras medidas – começaram a ser naturalizados, entendidos como implicações invariáveis da vida urbana. Em 1934, quando foi contratado Prestes Maia, como novo urbanista incumbido de pensar o plano para a cidade, foi também redigido o novo Código de Construções, como “instrumento legal do projeto de remodelação da cidade.”¹⁷ Desde 1929 estava previsto este novo código, o qual, naquele momento, foi proposto em meio ao discurso do progresso e da vocação de Campinas: “Nosso código está ficando uma obra completa e condigna de nosso progresso, [...]”¹⁸, mais que isso, assinala em seguida, talvez para a consciência de um novo período histórico, de uma ruptura com um passado que enfim passa a ser considerado antiquado e superado: “Não era mais possível continuar-se a trabalhar com o código de 1880 e a enormidade de leis esparsas.” Esse tipo de discurso será ainda mais recorrente durante o governo de Vargas, como meio de propaganda e legitimação da derrubada da “República Velha”.

A intervenção sobre o espaço, apoiada por dispositivos legais atinge a vida das pessoas em seu nível mais cotidiano. A partir do Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas no Exercício de 1932, é possível refletir sobre este controle da vida cotidiana, observando a relação de multas aplicadas neste ano. Foram 16 multas aplicadas por “fechamento de negócio fora da hora”, 7 por “descarregar lenha na rua”, 5 por “não cumprimento da lei sobre descanso dominical das padarias”, 3 por “pregar cartazes em desacordo com a lei”, 8 por “abater fora do matadouro”, 4 por excesso de fuligem em chaminés.”¹⁹ Além dessas há outras aplicadas por outras razões, além de mais 12 por “diversos motivos”, perfazendo um total de 88 multas que renderam 4:510\$000. De modo geral, o que se pode dizer é que são multas aplicadas no sentido de disciplinar sobre os espaços corretos para cada atividade²⁰, e sobre quando se deve descansar e quando se deve continuar trabalhando. Além da racionalização do uso dos espaços, que discrimina o lugar onde se pode abater, o lugar onde não se pode descarregar lenha, o lugar onde não se pode pregar cartazes, evidenciam-se também, neste documento, as relações entre o público e o

¹⁷ SANTOS, op. cit., p. 271.

¹⁸ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1929*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1930, p. 15.

¹⁹ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1932*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1935, p. 115.

²⁰ Claro que estas Posturas determinadas pela Prefeitura não são novidade; ver LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade, os cantos e os antros*. Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1996, sobretudo o capítulo “As duas cidades”. Pelo menos desde a década de 1870 existe o cuidado do poder público com a racionalização do espaço urbano. O que torna particulares as transformações promovidas a partir dos anos 1930 é sua sistematicidade e a preocupação com a realização de um plano que abrangesse em sua totalidade os problemas de Campinas, pensando também na relação que isso possa ter com o governo Vargas. Além disso, é importante considerar o estágio em que se encontrava o desenvolvimento técnico como fator de aceleração das mudanças nas forças produtivas e nas relações sociais.

privado implicadas nestas determinações. São relações nas quais o poder público limita o arbítrio dos sujeitos individuais, evitando que estes tomem atitudes que de algum modo possam afetar a coletividade. Sobre as multas aplicadas por excesso de fuligem nas chaminés, foram quatro multas para quatro casos de incêndio provocados por esta razão segundo o “Mappa Discriminativo dos Incêndios e outros Sinistros havidos durante o anno de 1932”²¹ do Corpo Municipal de Bombeiros. Já nos registros referentes a 1930²², foram 11, e nos de 1929²³, 21 incêndios provocados por fuligem nas chaminés, que embora nunca com grandes prejuízos, poderiam apresentar algum risco ou incômodo a localidades vizinhas.

No mesmo relatório de 1932 há, além das multas a indicação das apreensões de animais, sendo 488 cachorros e 306 animais que tempos depois não seriam mais vistos no espaço urbano (bois, cabras, etc.). Um dado aparentemente banal, mas que revela, em primeiro lugar, o alcance das práticas sanitárias, que separa do convívio das pessoas os animais, agora vistos como transmissores de doenças, além de causadores de mau cheiro e sujeira. Em segundo lugar, é possível ao menos supor que alguma coisa deve mudar na percepção das pessoas, na medida em que os animais, antes permitidos, vão sumindo da cidade. É a lógica do espaço racional, no qual cada elemento deve estar no lugar que a ele é destinado, e não em outro. O jornalista campineiro, Benedito Barbosa Pupo, nas crônicas sobre sua juventude em Campinas, descreveu baseado nas memórias que guardava, cenas sobre a apreensão de cães. O texto memorialístico não fornece a data exata, mas pelas menções que faz em outras partes do livro²⁴ é possível supor que os fatos narrados remetam a um período um pouco anterior, por volta de meados dos anos 1920. Pupo relata a impressão que causava às crianças, como ele na época, a chegada dos homens da Prefeitura: “A pé, vinham quatro sinistras figuras, sendo que duas delas traziam às costas uma rede.”²⁵ A construção da imagem do fiscal encarregado da apreensão dos “cães vadios” como um tipo indesejável, demonstra a lembrança de uma intervenção que incomodava a sociabilidade da rua. Mais que isso, na seqüência expõe uma concepção sobre a relação que havia entre as pessoas e o espaço da rua: “Naquele tempo a rua pertencia à casa, era não apenas serventia da casa, mas dependência desta, razão por que, pertencendo à casa, como membro integrante da

²¹ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1932*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1935, p. 102.

²² Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1930*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1931, p. 61.

²³ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1929*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1930, p. 99

²⁴ PUPO, Benedito Barbosa. *8 bananas por um tostão*. Campinas: Palmeiras, 1976.

²⁵ PUPO, op. cit., 1976, p. 55.

família, o cachorro tinha o direito de usá-la como bem entendesse.”²⁶ Por isso as pessoas não entendiam com que direito a Prefeitura capturava os cachorros. Está expresso na passagem, novamente o conflito entre o público e o privado, a idéia de que a rua “Naquele tempo” fazia parte da casa. Essa não é a única vez que Pupo diz isso ao longo das crônicas. Na verdade, é recorrente em suas palavras a imagem nostálgica de um tempo que se foi; um tempo em que a cidade pertencia a seus habitantes (e os cachorros eram livres...). Ainda que de forma insuficiente, até o momento este relato é o que tenho para apontar a importância de se considerar a resistência que a população oferece antes de simplesmente adotar os novos hábitos e valores desejados pelo poder municipal. Entendo a lógica dessa resistência pensando na natureza material dos costumes, de acordo com E. P. Thompson: “A inovação é mais evidente na camada superior das sociedades, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (‘modernização’, ‘racionalização’), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos e de usos costumeiros, ou da destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer.”²⁷ Benedito Barbosa Pupo, depois de tornar-se jornalista esclarecido e respeitável do Correio Popular, deixou de resistir à apreensão dos cães, e justifica a opinião que tinha na infância: “Naquele tempo, talvez por influência do meio, eu estava imbuído de idéias outras, diferentes das que tenho hoje sobre a caça de cães, feita com boas intenções pela Prefeitura, que com isso visava livrar a cidade de uma doença horrível, como a raiva.”²⁸

Além da apreensão de animais, há ainda outras medidas que devem ser mencionadas como indício de mudanças no cotidiano, que devem ter contribuído para definir novos hábitos. É interessante notar como os termos em que foram redigidos os relatórios da prefeitura estão freqüentemente associados à idéia de modernização. Ao expor sobre a aquisição de 8 caminhões para a tarefa de limpeza pública em 1929, o texto enfatiza a transformação que ocorreria na realização deste serviço a partir daquele momento, em relação ao “que era feito pelo arcaico e moroso systema de carroças.”²⁹ Já no relatório de 1930, sobre os matadouros, está dito: “Campinas ficou, portanto, dotada de um matadouro moderno

²⁶ PUPO, op. cit., 1976, p. 56.

²⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 19.

²⁸ PUPO, op. cit., 1976, p. 19.

²⁹ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1929*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1930, p. 11.

e higienico, à altura de suas necessidades.”³⁰ O relatório de 1934 trás um exemplo de emprego do moderno para além da eficiência, qualificando uma opção estética, na contratação de um “architecto paysagista” “Afim de modernisar (sic) o traçado do jardim existente na Praça Carlos Gomes [...] dando aquela importante praça de nossa cidade um aspecto que lhe é condicente (sic).”³¹ Mais que apontar os termos utilizados nos relatórios, interessa sugerir as mudanças no ritmo da vida onde, superando-se o “archaico”, agora o lixo passou a ser recolhido por 8 caminhões ao invés de carroças; as mudanças na saúde das pessoas, se a higiene do matadouro realmente reduziu as contaminações. Seria demais dizer que o traçado moderno da praça Carlos Gomes tenha provocado mudanças radicais na percepção do campineiro. No entanto, voltando a Walter Benjamin, a arquitetura, a praça, é percebida coletivamente, de forma distraída, pelo hábito; age sobre o meio tátil de recepção dos indivíduos.

É interessante pensar também sobre que impressão deveria causar a presença dos fiscais, como homens com poderes para interferir em certas atividades – ou em quase todas – ao mesmo tempo em que poderiam representar algumas garantias, dependendo do caso. Ou seja, é razoável dizer que embora as pessoas resistam às “inovações”, ao mesmo tempo elas têm a capacidade de reapropriar, segundo interesses próprios, alguns dos implementos desde que esses apresentem vantagens objetivas às suas vidas.³² No Relatório de 1930 aparece o registro sobre a realização de feiras livres. Saber da existência destas feiras, juntamente com a de cafés, bares, etc., é importante para pensar sobre lugares de sociabilidade na cidade, pontos onde as pessoas se encontram, convivem, discutem, trocam mercadorias e experiências. A primeira aconteceu com o comparecimento de 31 negociantes, chegando a 202 quando foi realizada a 12^a. Além disso, o que interessa mencionar é que a feira aconteceu, “correndo tudo normalmente debaixo da fiscalização (sic) de 2 fiscaes, municipaes.”³³ As feiras, então, eram lugares de sociabilidade e encontro, sem dúvida, mas nos quais a ordem e a legalidade das mercadorias e vendas estava, feliz ou infelizmente, devidamente vigiada.

³⁰ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1930*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1931, p. 5.

³¹ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1934*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1936, p. 17.

³² Não se trata, neste ponto, da defesa da neutralidade da técnica para casos especiais. Ou seja, mesmo a água encanada e tratada – um exemplo quase inquestionável de benefício produzido pela técnica – só é uma condição indispensável em uma sociedade aonde o ritmo de vida, trabalho, e o tipo de sociabilidade e sensibilidade não permitem que se vá até o rio quando se precisa de água. No entanto, estabelecidas e consolidadas as condições da sociedade moderna capitalista, é difícil imaginar um habitante urbano que queira oferecer resistência à instalação de saneamento básico em seu bairro.

³³ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1930*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1931, p. 118.

A fiscalização sobre os usos do espaço e a legislação que a regula, racionalizam as atividades, separam cada tipo de prática destinando-as a lugares específicos. Uma implicação importante deste processo que avança durante a década de 1930 em Campinas é o desenvolvimento de uma sensibilidade nova, de um novo padrão de tolerância quanto ao que é e o que não é aceitável. Citei anteriormente a proibição do abate fora do espaço do matadouro. A prescrição sanitária soma-se a um cuidado com o pudor, com a necessidade de tornar invisíveis cenas antes cotidianas, que a partir de certo momento passam ser incompatíveis com o ideal de cidade que se quer produzir, e a nova sensibilidade que ela pressupõe. No Relatório de 1934, relata-se a instalação de novos mictórios na praça Carlos Gomes, para resolver o “inconveniente de sua localização”, “que ficava em frente a um grupo de residências, e cujo estado de conservação era precário”. A nova instalação do mictório ficaria “com a sua maior parte subterrânea, de modo a ficar velada à primeira vista [...]”³⁴ Esta medida, que também combina prescrições sanitárias e cuidados morais, revela a incompatibilidade da nova sensibilidade com a prática de urinar em locais muito visíveis...

Poder e símbolo

O visível e a aparência são preocupações fundamentais no espaço urbano produzido segundo uma sensibilidade burguesa. A lógica da separação e classificação de todas as coisas atinge seu limite quando pessoas são segregadas no espaço. O critério neste caso é a consciência de que certos tipos sociais são indesejáveis, perigosos, frustram com sua presença uma estética de mundo. A imagem de Manchester no século XIX como é descrita por Engels é exemplar para compreender a lógica burguesa que, se não permaneceu inalterada, reproduziu-se com o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento das cidades: “Manchester é construída de um modo tão peculiar que podemos residir durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário [...] os bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade reservadas à classe média ou, quando essa separação não foi possível, dissimulados sob o manto da caridade.”³⁵ Mais adiante, Engels acrescenta à descrição novos elementos que permitem ampliar a compreensão sobre o sentido dessa segregação no espaço: “Todavia, sempre dão conta de esconder dos ricos senhores e de suas madames, de estômagos fortes e nervos frágeis, a miséria e a sujeira que são o

³⁴ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1934*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1936, p. 17.

³⁵ ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 88.

complemento de seu luxo e de sua riqueza.”³⁶ Está claro que é o pobre o que deve ser excluído do convívio do burguês, por razões estéticas e sanitárias. Engels descreve longamente a insalubridade dos locais onde vivem os pobres, em condições de absoluta promiscuidade e falta de higiene. Mesmo as epidemias de febre amarela em Campinas, ocorridas entre 1889 e 1897, estavam fortemente associadas às condições dos cortiços na região central da cidade.

Obviamente que em outra proporção, mas aproveitando a ocasião para abordar o assunto, no que diz respeito a cortiços, no Código de Construções de 1934 está dito: “Não serão permitidas reformas, reconstruções e acréscimos nos cortiços existentes. Serão demolidos os cortiços infectos e insalubres.”³⁷ Não por acaso, a prefeitura radicalizou sua atitude diante da persistência dos cortiços, como se vê. Mesmo assim, em 1938 os cortiços ainda existiam, levando a prefeitura a pensar soluções envolvendo a construção de casas operárias, a partir da qual iria “iniciar com energia o saneamento dos cortiços que proliferam pela cidade [...]”³⁸ A proposta de resolver “com energia” o problema está baseada “no que vem sendo posto em prática há alguns anos no Distrito Federal.”³⁹ Segundo Ricardo Badaró, as decisões tomadas em 1934 sobre cortiços só agravaram a situação de sua habitação nos anos que se seguiram. Com a derrubada de muitos deles, aqueles que restaram passaram a abrigar ainda mais moradores.⁴⁰ De fato, no Relatório de 1938, a partir de medidas obtidas em 46 cortiços, havia cerca de 1000 famílias, ou mais de 4000 pessoas nessas condições, com um banheiro para cada 6 famílias, um chuveiro para cada 10, uma pia para cada 20, um tanque para cada 3,5, um fogão para cada 3. Estes dados demonstram, além, evidentemente, da precariedade da condição nos cortiços, o esforço da prefeitura para compor uma estatística, estudos para uma orientação racional do Plano de Melhoramentos. Para Stella Bresciani, a sensibilidade burguesa parte de um “olhar armado” capaz de classificar, “pela referência das diferenças observáveis, aquilo que as coisas e as pessoas são em sua essência.”⁴¹ A estatística e a categorização são manifestações centrais do “olhar armado”. Analisando o caso dos mendigos de Campinas no século XIX, José Roberto do Amaral Lapa percebe a lógica de sua

³⁶ ENGELS, op. cit., 2008, p. 89.

³⁷ Arquivo Municipal de Campinas. Código de Construções – Decreto 76 de 16 de Março de 1934. In: *Separata do Código de Posturas Municipais*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1935, p. 110.

³⁸ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1938*. Campinas: Gráfica da Casa do Livro Azul, 1940, p. 60.

³⁹ Idem, p. 61.

⁴⁰ Ver BADARÓ, op. cit., p. 112.

⁴¹ BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, 1992, p. 21.

identificação pelo uso de chapas de metal quando esmolassem pelo espaço público: “Classificá-los, identificá-los até, com placas – ‘uma chapa de metal branco com o número do registro do portador’ – para que todos vissem, não confundindo-os, tratando-os como tal.”⁴²

Em 1938, o serviço de fiscalização de construções municipal tinha muita clareza sobre quem eram os suspeitos, sobre onde fiscalizar se quisessem encontrar irregularidades: “A Diretoria [de Obras e Viação] iniciou uma campanha enérgica contra as construções clandestinas, principalmente em cortiços e em fundos de quintaes, de residências modestas.”⁴³

A intenção de organizar e racionalizar o espaço não é simplesmente um esforço para pôr em ordem aquilo que está em estado caótico. Trata-se de um ato de força exercido pelas classes dominantes, pelas elites intelectuais, no sentido de estender sua visão de mundo àqueles que dela não partilham. Partindo do pressuposto de que sua visão não é apenas *uma* visão, mas a expressão da natureza humana, a burguesia vê como absolutamente justificável e imprescindível, a homogeneização do espaço higienizado e ordenado, como realização estética e condição para a reprodução de seu capital. Nesse sentido, as medidas contra a existência dos cortiços estabelecidas pelo Código de Construções de 1934 convergem para a organização do bairro operário e da casa operária, ou popular. Primeiramente determinava que as casas operárias agrupadas, constituindo vilas, “só poderão ser construídas além da segunda zona da cidade, sujeitas sempre ao recuo obrigatório de 4 metros.”⁴⁴ Uma das determinações do código era a divisão da cidade por zonas, sendo que a primeira zona corresponde à região central da cidade, a segunda, é delimitada internamente pela zona central e externamente por um outro perímetro, e assim por diante. Para a quarta zona previa-se que suas áreas urbanizadas, gradualmente fossem incorporadas à terceira zona.⁴⁵ As vilas operárias, então, deveria ficar além da segunda zona, obedecendo a uma lógica de segregação social e funcional dos espaços.

Existem também determinações para a casa operária, que deveria dispor, “no mínimo de um dormitório, uma cozinha, e um compartimento para latrina e banheiro, e, no máximo de uma sala, três dormitórios, cozinha, dispensa e compartimento para latrina e banheiro.”⁴⁶ A determinação tanto do mínimo como do máximo prescreve uma casa compatível com as definições estabelecidas pelo próprio código: “Habitação popular é toda aquela que dispõe, no mínimo de um aposento, de uma cozinha e de um compartimento para latrina e banheiro [...]”

⁴² LAPA, op. cit., p. 124.

⁴³ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1938*. Campinas: Gráfica da Casa do Livro Azul, 1940, p. 53.

⁴⁴ Arquivo Municipal de Campinas. *Código de Construções...* p. 107.

⁴⁵ Ver Idem. p. 137-138.

⁴⁶ Idem. p. 107.

Interessante é a definição de “habitação residencial”, na qual “dispondo de qualquer número de peças, as dimensões destas excedem aos limites máximos impostos para os das habitações ‘populares’.”⁴⁷ Tendo em vista que estas prescrições têm como objetivo evitar condições semelhantes às dos cortiços, a intervenção sobre a casa, sobre o mínimo necessário, representa uma medida sanitária. Mas também é definido o máximo permitido – como se o operário pudesse excedê-lo com frequência... – marcando o controle e a distinção do “popular” em relação ao “residencial”. A intervenção do poder público que não se limita a definir o lugar da cidade em que ficará a vila, mas determina como deve ser o próprio espaço privado das pessoas, demonstra o alcance, ou a pretensão do alcance da fiscalização municipal. O artigo 194º do Código de Construções, por exemplo, prescreve disposições sobre o acesso aos dormitórios: “Em toda habitação o acesso a cada um dos dormitórios e a uma, pelo menos das privadas deve ser realizado sem que se passe por qualquer dormitório.”⁴⁸ A disposição determina corredores na arquitetura interna da casa, define novos padrões de sociabilidade e sensibilidade, inclusive nas relações privadas e familiares. Evita a promiscuidade no espaço da casa e intensifica a noção de privacidade, ao estabelecer que seja necessário chegar ao próprio dormitório sem passar pelo do outro. Com essas intervenções, vão somando-se elementos para a formação de novas concepções de mundo, baseadas no tipo burguês de vida. “Para o homem privado o interior da residência representa o universo. Nele se reúne o longínquo e o pretérito. O seu *salon* é um camarote no teatro do mundo.”⁴⁹

Dando seqüência ao assunto da segregação no espaço, inspirada por Engels, é preciso dizer ainda que a aparência da cidade, tudo o que deve estar ao alcance dos olhos, e o que deve estar longe dele, inclui ainda símbolos de poder. Já foi dito que as próprias avenidas largas e monumentais – e espetaculares – são símbolos do progresso e da modernidade. Além delas, ainda se inscrevem na cidade uma série de outras representações cujo objetivo é explicitar a natureza do ideal de cidade que se afirma neste período. Em 1929 o prefeito Orosimbo Maia aprovou a colocação em praça pública de uma estátua de Campos Salles, modo pelo qual Campinas pagava em parte “a sua sagrada dívida com este inolvidável, grande e benemérito filho [...]”. O espaço público é o lugar para perpetuar a memória de grandes nomes, de afirmar Campinas como berço de homens capazes de chegar à presidência ou ao destaque internacional, como foi o caso de Carlos Gomes. Em 12 de setembro de 1930 o Teatro Municipal foi inaugurado. A própria inauguração do teatro já é símbolo do poder do

⁴⁷ Idem. p. 146.

⁴⁸ Arquivo Municipal de Campinas. *Código de Construções...* p. 66.

⁴⁹ BENJAMIN, Walter. Paris, Capital do século XIX. In: _____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 37.

capital das classes dominantes associadas ao poder político, ao investir na construção de espaços destinados à cultura, para o proveito dessa elite que se pretende intelectual, orgulhosa de sua cidade. Complementa essa afirmação a ópera escolhida para a inauguração: *O Guarani*, “do immortal maestro campineiro A. Carlos Gomes.”⁵⁰

Em outro sentido, a construção de obras públicas de destaque também tem grande peso simbólico. Como parte da solução do problema de abastecimento de água, em 1938, decidiu-se abrir “Concurrencia (sic) pública para a construção de um castelo d’água monumental no Jardim Chapadão com capacidade para 300 me.” Daí que mesmo uma estrutura de utilidade técnica foi revestida de símbolo, “um castelo”, e com a intenção explícita de produzir monumentalidade.⁵¹ No mesmo ano foi criado o Museu Municipal⁵², localizado no Bosque dos Jequitibás, que reuniria exemplares da história natural. Entendo um museu de história natural como um símbolo, na medida em que representa o desenvolvimento da cidade. O que quero dizer é que, tendo em vista que nem toda cidade tem um museu de história natural, quando o prefeito Dr. João Alves dos Santos criou por decreto o museu campineiro, é possível analisar a medida, tendo em vista o contexto em que se insere, como algo que conferia algo mais à cidade, algo que, no campo da cultura era necessário para uma cidade que se pretendesse grande e desenvolvida, berço de personagens notáveis. Estes símbolos, portanto, não são simples aparelhos ideológicos, mas a forma como a classe dominante vivencia e compreende a cidade que seu capital produziu. Ou seja, a cidade, mesmo produzida pela força do capital, e para sua reprodução, é vivenciada a partir de vínculos afetivos, simbólicos.⁵³ O campineiro que frequenta o Museu ou Teatro Municipal faz desses espaços um uso – claro que não intencionalmente, e certamente não conscientemente – que lhe confere distinção, um atributo para a representação que faz de si mesmo, de modo que estar nestes lugares e estabelecer relações com a classe de pessoas que também os frequentam, não necessariamente implica ter grande interesse por ópera ou história natural.

De qualquer modo a cidade cresce fortemente impulsionada pela vontade de fazê-la desenvolver-se economicamente e, neste período, a partir da industrialização. Tanto o Código

⁵⁰ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1930*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1931, p. 3.

⁵¹ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1938*. Campinas: Gráfica da Casa do Livro Azul, 1940, p. 105.

⁵² Arquivo Municipal de Campinas. *Atos Promulgados no Exercício de 1938*. Linotipia da Casa Genoud, p. 26.

⁵³ “Vale dizer, as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens [simbólicos], ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, *as diferenças de fatos em distinções significantes*, ou, para falar como os lingüistas, em valores, privilegiando a maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função.” BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 16.

de Construções de 1934, como o Plano de Melhoramentos Urbanos aprovado em 1938, dispõem sobre formas de tornar Campinas suficientemente organizada e racional para tornar-se uma cidade capaz de produzir riquezas que voltariam à cidade, tornando-a ainda mais desenvolvida, o que geraria mais riqueza, e assim por diante. Em 1938, sob a prefeitura do Dr. Euclides Vieira foi concedida, pelo espaço de 5 anos, isenção de impostos às indústrias que se instalassem na cidade.⁵⁴ Segundo Edemir de Carvalho, nos anos 1930 o complexo cafeeiro entrou em sua crise definitiva. Ao mesmo tempo, o período que vai de 1928 a 1937 caracterizou-se pelo aumento de indústrias, sendo que a partir de 1942 contaria inclusive com multinacionais.⁵⁵ Em 1932, a necessidade de resolver o problema da falta d'água aparece “não só sob o ponto de vista higiênico, como também econômico. A fartura d'água atrairá a esta cidade numerosas indústrias que dela se utilizam direta ou indiretamente.”⁵⁶ Na seqüência completa com a recorrente profecia campineira: “Campinas está fadada a ser o centro fabril do interior.”⁵⁷

Conclusão e continuidades

A partir das análises documentais realizadas até aqui tentei discutir historicamente as transformações no espaço urbano de Campinas, do ponto de vista do processo de modernização e racionalização dos usos do espaço. Tencionando meus pressupostos teóricos com a especificidade do caso campineiro, considerada a partir das fontes, pude chegar a ver os limites que devo levar em conta se quiser pensar com mais detalhes as implicações dos debates sobre o urbanismo e as circunstâncias políticas nas quais se desenvolvem. É importante levar em conta o grau de desenvolvimento da economia, suas transformações e as formas como o capital é acumulado e investido. Mais que isso, levar em conta forma como os produtos do desenvolvimento capitalista em Campinas – as mercadorias e serviços que passam a estar disponíveis, os espaços (públicos ou privados) que a riqueza acumulada edifica para o consumo das classes dominantes – é significado pelos habitantes da cidade, definindo sociabilidades e exclusões. Tudo isso para dizer que ao estudar Campinas é preciso entender a particularidade de uma cidade que nos anos 1930 contava com 65.000 mil habitantes⁵⁸, recém saída de hábitos rurais e economia predominantemente agrícola. Era uma cidade rica,

⁵⁴ Ver Arquivo Municipal de Campinas. *Atos Promulgados no Exercício de 1938*. Linotipia da Casa Genoud, p. 96.

⁵⁵ Ver CARVALHO, op. cit., p. 35-36.

⁵⁶ Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1932*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1935, p. 69.

⁵⁷ Idem. p. 70.

⁵⁸ BADARÓ, op. cit. p. 15.

certamente, mas quando utilizo casos paradigmáticos – Paris, Viena, Manchester, Rio de Janeiro – para pensar sobre alguns dos aspectos importantes relativos à modernização urbana de Campinas, devo limitar este procedimento a considerações teóricas, evitando transposições indevidas. Ou seja, é preciso pensar questões fundamentais como a abertura de grandes avenidas, instalação de indústrias, derrubada de cortiços, prescrições sanitárias, etc., nas proporções adequadas à Campinas.

Quando analisei os Relatórios dos trabalhos municipais e o Código de Construções de 1934, concluí, em linhas gerais, que se tratavam de discursos, determinações baseadas em um certo ideal de cidade, em uma visão de mundo própria às classes dominantes de Campinas, colocadas como normas necessárias e indispensáveis para a vida da totalidade da população urbana. O que daí se segue é o entendimento do plano de urbanismo como um instrumento legal para o controle e disciplina das classes trabalhadoras e dos excluídos. Entretanto, permanece o incômodo de que, na continuidade desta pesquisa em ocasiões futuras, seja necessário desfazer ou ao menos relativizar a identidade entre classes dominantes e Estado que por vezes parece estar sugerida. Devo encontrar o ponto até o qual o Estado – que, aliás, é o Estado governado por Vargas – é mero instrumento da classe dominante. Obviamente, neste ponto, será necessário repensar o uso de “classes dominantes” como categoria rígida e homogênea. Ficam, portanto, nestes parágrafos de conclusão, mais questões em aberto que propriamente respostas aos problemas inicialmente propostos.

Referências

Bibliografias

BADARÓ, Ricardo de Souza. *Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)*. 1986. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1986.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

_____. Paris, Capital do século XIX. In: _____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, 1992.

- CARPINTEIRO, Antônio Carlos Cabral. *Momento de ruptura*. Campinas: CMU-UNICAMP, 1996.
- CARVALHO, Edemir de. *Crise urbana e habitação popular em Campinas (1870-1956)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1991.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade, os cantos e os antros*. Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1996.
- PUPO, Benedito Barbosa. *8 bananas por um tostão*. Campinas: Palmeiras, 1976.
- SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro*. Campinas: Unicamp, 2002.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Fontes

- Arquivo Municipal de Campinas. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1929*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1930.
- _____. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1930*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1931.
- _____. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1932*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1935.
- _____. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1934*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1936.
- _____. *Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1938*. Campinas: Gráfica da Casa do Livro Azul, 1940.
- _____. Código de Construções – Decreto 76 de 16 de Março de 1934. “*Separata do Código de Posturas Municipais*”. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1935.
- _____. *Atos Promulgados no Exercício de 1938*. Linotipia da Casa Genoud.

Recebido em abril de 2011; aprovado em junho de 2011.